



Câmara Municipal

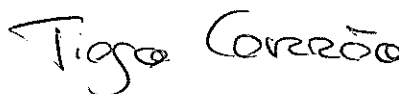
Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 1 de junho de 2026, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
 - **PROPOSTAS:**
PROPOSTAS DO PRESIDENTE
 - **INFORMAÇÕES:**
INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE
- **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE TOMAR**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:**
 - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
 - **DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE**
 - **DIVISÃO DE CULTURA**
 - **DIVISÃO DE HABITAÇÃO**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:**
 - **DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO DE ATIVOS E OPERAÇÕES**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:**
 - **DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
 - **DIVISÃO DE FINANÇAS**
 - **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**
 - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**
 - **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Tomar, 27 de maio de 2026

O Presidente da Câmara Municipal


Tiago Carrão



Câmara Municipal

Ordem do Dia

Data: 2026-06-01

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

PRESIDÊNCIA:

PROPOSTAS:

PROPOSTAS DO PRESIDENTE:

N.º 01 – PROGRAMA RECUPERAR TOMAR – Relatório da Comissão de Análise de candidaturas (89/PGEN/DEISA/2026 - 3/ORGFUN/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1073/DEISA/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta da Comissão de Análise de Candidaturas no âmbito do Programa Recuperar Tomar, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: Aprovar os apoios às candidaturas validadas constantes do Anexo I do Relatório da Comissão de Análise, no valor total de 22.797,24€ (vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete euros e vinte e quatro centimos), nos termos e condições previstos no Regulamento do Programa Recuperar Tomar;

Aprovar, com fundamento no n.º 5 do artigo 9.º do referido Regulamento, as candidaturas condicionais constantes do Anexo III que apresentaram orçamento, no valor potencial de 16.613,37€ (dezasseis mil, seiscentos e treze euros e trinta e sete centimos), mediante obrigação de apresentação de fatura comprovativa até 30 de setembro de 2026, sob pena de devolução integral das verbas atribuídas;

Autorizar a notificação dos titulares das candidaturas condicionais sem orçamento nem fatura para apresentação de um destes documentos no prazo de 10 dias úteis;

Determinar que o pagamento dos apoios aprovados às candidaturas que submeteram pedido paralelo à CCDR fica suspenso até à comunicação formal da decisão daquela entidade, nos termos do artigo 8.º do Regulamento;

Confirmar o indeferimento das candidaturas constantes do Anexo II, com os fundamentos aí detalhados, nomeadamente a não apresentação da maioria dos documentos instrutórios obrigatórios nos prazos concedidos.

N.º 02 – ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO LOGÍSTICO E ATRIBUIÇÃO DE BENS DE VALOR SIMBÓLICO (9/PPRC/PR/2026 - 13/DIVER/DAJA/2015)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 20 de abril, a proposta de regulamento municipal de apoio logístico e atribuição de bens de valor simbólico, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta de regulamento e submetê-la a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.



Câmara Municipal



N.º 03 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA (21/PPRC/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a atribuição de apoio financeiro extraordinário à União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, no montante de 15.356,96€ (quinze mil, trezentos e cinquenta e seis euros e noventa e seis cêntimos), para fazer face às despesas inerentes à realização dos trabalhos de limpeza e desobstrução do Açude de Porto Cavaleiros.

Proposta de Deliberação: atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

INFORMAÇÕES:

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (72/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:

N.º 05 – QUEIMA DE SOBRANTES NO ANO DE 2026 (551/PGEN/DPC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta constante da informação n.º 720/DPC/2026, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

Proposta de Deliberação: autorizar a queima de sobranes entre os dias 1 e 30 de junho, caso o índice de perigo de incêndio rural seja de nível 1 e 2, verificado no momento;

Interditar as queimas de sobranes, independentemente do nível de perigosidade de incêndio rural, no período compreendido entre 1 de julho e 31 de agosto;

Entre 1 de setembro e 31 de outubro, as autorizações são avaliadas e emitidas tendo em consideração as condições meteorológicas verificadas à data.

N.º 06 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS (352/PGEN/DPC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 713/DPC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de colaboração a estabelecer com as Juntas de Freguesia que detenham ou venham a deter Kits de primeira intervenção, para vigorar durante o período do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), nos níveis III e IV, compreendido entre 1 de junho e 30 de setembro, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: aprovar minuta do protocolo nos seus exatos termos.



Câmara Municipal



N.º 07 – ÁREA INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP 2.0) DO MUNICÍPIO DE TOMAR E RESPECTIVA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM (OIGP 2.0) (2825/ENTE/DAJA/2026 - 1/PROJ/DPC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 719/DPC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta a executar na Área Integrada de Gestão da Paisagem do Município de Tomar, constituída para responder à situação de calamidade, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.

CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE TOMAR:

N.º 08 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO GRANFONDO MÉDIO TEJO 2026 (543/PGEN/DPC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que isentou do pagamento devido pela prestação de serviços de segurança e prevenção à prova Granfondo Médio Tejo, no dia 24 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 711/DPC/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 810/DPC/2026, de 18 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 09 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS (2324/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2023)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro extraordinário à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, no montante de 1.043,76€ (mil, quarenta e três euros e setenta e seis cêntimos), a título de comparticipação das despesas de deslocação dos atletas Martim Silva e Hugo Ribeiro, e do treinador Sebastião Santos, ao Campeonato Nacional de Águas Abertas, realizado nos dias 23 e 24 de maio, em Porto Santo, Madeira, nos termos e fundamentos da informação n.º 1460/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, condicionado à apresentação de comprovativo de que as despesas não foram apoiadas pela respetiva Federação Desportiva ou por outra entidade, bem como à validação dos demais documentos instrutórios necessários.



Câmara Municipal

N.º 10 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS (2404/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1442/DTC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro extraordinário à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, no montante de 832,08€ (oitocentos e trinta e dois euros e oito cêntimos), a título de comparticipação das despesas de deslocação e alojamento do judoca Vicente Silva e do treinador Igor Sampaio, para participar na Taça da Europa de Cadetes, que se realizou nos dias 25 e 26 de abril, em Berlim, nos termos e fundamentos da informação n.º 700/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 11 – APOIO EXTRAORDINÁRIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE PORTO MENDO (2629/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2019)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio extraordinário ao Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo, sob a forma de cedência de gasóleo, para assegurar a participação da equipa no Campeonato Nacional de Futebol de Praia — Zona Norte, nos termos e fundamentos da informação n.º 1570/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: reconhecendo o relevante interesse desportivo municipal da iniciativa, atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Divisão de Gestão de Ativos e Operações deverá assegurar o registo discriminado das quantidades fornecidas, datas de abastecimento, valor unitário e valor global correspondente, por forma a que, no final do campeonato, apresente ao Executivo Municipal informação detalhada sobre a quantidade total de combustível fornecida e valor efetivo do apoio concedido.

N.º 12 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO DO FUTEBOL – LIGA PORTUGAL E A MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, SA – MISSÃO CONTINENTE (6373/ENTE/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o protocolo de colaboração estabelecido com a Fundação do Futebol – Liga Portugal e a Sociedade Modelo Continente Hipermercados, SA – Missão Continente, tendo por objeto a instalação de um FootPark no espaço “Polidesportivo da Quinta de Santo André”, sito em Rua D. Carlos Ximenes Belo, propriedade da autarquia, na sequência da informação n.º 394/DADJ/2026 e do parecer n.º 67/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o referido protocolo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 13 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Associação Amigos do Fado de Tomar (2540/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2019)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1463/DTC/2026, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que isentou a Associação Amigos do Fado de Tomar do pagamento do preço de utilização do ginásio do Pavilhão Jácome Ratton, no período de 1 de maio a 19 de junho, para preparação da sua participação nas Marchas Populares, pelos fundamentos apresentados.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 596/DTC/2026, de 18 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 14 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Grupo Desportivo da Nabância (2860/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1543/DTC/2026, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que isentou o Grupo Desportivo da Nabância do pagamento do preço de utilização de 2 balneários no Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, no dia 30 de maio, no âmbito da Taça Regional de Esperanças ACBT.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 624/DTC/2026, de 25 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 15 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Clube Desportivo Templários BTT e Aventura (6733/ENTE/DAJA/2025 - 1/APOIOS/DADJ/2019)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização de espaços do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, no dia 31 de maio, no âmbito do Raid Templários BTT, nos termos e fundamentos da informação n.º 1182/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.

DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE:

N.º 16 – REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE TOMAR PARA O BIÉNIO 2026-2027 (2/ESPP/DEISA/2026 - 10/PROJPAR/DEAS/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a substituição do representante da Câmara Municipal no Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Tomar, no biénio 2026-2027, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1610/2026 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.

Proposta de Deliberação: nomear o técnico superior Filipe Miguel Pereira Pires para representar a Câmara Municipal no Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Tomar, no biénio 2026-2027, em substituição do técnico superior Jorge Miguel Rodrigues Claro.



Câmara Municipal

4

DIVISÃO DE CULTURA:

N.º 17 – FESTA TEMPLÁRIA 2026 - PREÇOS (137/PGEN/DTC/2026 - 11/ATIVEV/DTC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1694/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os preços a praticar em atividades integradas no programa da Festa Templária do corrente ano, bem como pela venda de caneca em barro com inscrição alusiva, nos termos e fundamentos da informação n.º 1567/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar os seguintes preços, já com IVA incluído:

Acesso ao recinto (inclui Parque Urbano de Tomar, zona alimentar, Sala de Tortura e Locais com História):

--Entrada diária geral (+10 anos): 3,00€ (três euros);

--Pulseira 4 dias geral (+10 anos): 5,00€ (cinco euros);

--Até aos 10 anos: entrada gratuita;

Jantar Templário (9 e 10 de julho, 19h30, Parque Urbano de Tomar):

--Geral (+10 anos): 25,00€ (vinte cinco euros);

--Dos 3 aos 10 anos: 15,00€ (quinze euros);

Visitas Culturais (11 e 12 de julho, 10h00):

-- Geral - inclui seguro de acidentes pessoais: 5,00€ (cinco euros);

-- Até aos 10 anos (acompanhados por adulto): gratuito

Caneca Festa Templária (25cl, barro vidrado):

--Venda às entidades exploradoras das tasquinhas: 1,50€ (um euro, cinquenta cêntimos);

--Venda ao público: 2,00€ (dois euros);

Kit Templário (sacola de pano com pulseira 4 dias, caneca, lápis e mapa do recinto):

-- Preço único: 7,50€ (sete euros, cinquenta cêntimos).

DIVISÃO DE HABITAÇÃO:

N.º 18 – BAIRRO DA CAIXA - RUA GENERAL FERNANDO OLIVEIRA, BLOCO 9, PRIMEIRO ANDAR DIREITO – resolução do contrato de arrendamento (57/PGEN/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de resolução do contrato de arrendamento do primeiro andar direito do Bloco 9 da Rua General Fernando Oliveira, nos termos e fundamentos da informação técnica.

Proposta de Deliberação: nos termos da informação técnica.



Câmara Municipal



DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:

DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:

N.º 19 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TOMAR– início do procedimento (132/PGEN/DOM/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de atualização e reformulação do Regulamento de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública do Município de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 5066/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: dar início ao procedimento de atualização e reformulação do Regulamento de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública do Município de Tomar, nos termos das disposições da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;

Determinar que possam constituir-se como interessados no presente procedimento, no prazo de 10 dias a contar da publicação do Edital que publicite o respetivo início, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;

Permitir que os interessados apresentem os seus contributos no prazo de 10 dias, a contar do termo do prazo referido na alínea anterior, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tomar (a entregar presencialmente no Balcão Único, em carta fechada, com identificação do subscritor e indicação do conteúdo, ou através de correio eletrónico, para presidencia@cm-tomar.pt), da qual deverão constar o nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e, sempre que possível, o endereço de correio eletrónico, devendo ser prestado consentimento para a sua utilização para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do referido CPA;

Delegar o poder de direção do procedimento no Eng.º Marco Duarte, nos termos do artigo 55.º do CPA.

DIVISÃO DE GESTÃO DE ATIVOS E OPERAÇÕES:

N.º 20 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Junta de Freguesia de Carregueiros (3164/ENTE/DAJA/2026 - 1/VIATEQ/DOM/2013)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de viatura à Junta de Freguesia de Carregueiros, no dia 6 de junho, para deslocação de representação da Festa em Honra do Divino Espírito Santo ao Festival FolkLoures, nos termos e fundamentos da informação n.º 5199/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: ceder a viatura, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

N.º 21 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES DE SAÚDE DE TOMAR – procedimento de contratação (77/CPUB/DF/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1685/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de contratação de serviços de higiene e limpeza de edifícios municipais e instalações de Saúde de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1649/DF/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a realização de um concurso público com publicação de anúncio no JOUE e as peças do procedimento;

Aprovar a fundamentação da não contratação por lotes, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º– A, do Código dos Contratos Públicos;

Nomear o júri para condução do procedimento, constituído por:

membros efetivos: Ana Margarida Silva de Carvalho Soares (presidente), Cátia Rodrigues da Graça Pouseiro e Natércia Maria Roberto Ferreira Luiz;

membros suplentes: Marco Daniel da Costa Duarte e Sandra Mendes Silva;

Delegar competências no júri para a condução do procedimento, designadamente no que se refere aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e à análise da(s) lista(s) de erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados.

DIVISÃO DE FINANÇAS

N.º 22 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 (181/PGEN/DF/2026 - 1/PCONTAS/DF/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1692/DF/2026, submetendo a apreciação do Executivo Municipal as contas consolidadas relativas ao exercício de 2025, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2025 e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 76.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal

N.º 23 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE TOMAR - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2021 E CONTA FINAL DA INTERNALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO (273/PGEN/DF/2023 - 1/ENEXT/PR/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta constante da informação n.º 1686/DF/2026 relativa à extinção formal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: manter a deliberação de 16 de junho de 2023, reiterada por deliberação de 28 outubro de 2024, relativa à aprovação do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referente ao ano de 2021 e Relatório e Conta Final de Internalização dos SMAS no Município de Tomar e a Conta Final atualizada a 31 de dezembro de 2022, e submeter novamente os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a parte final do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, face à sua rejeição na 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 11 de novembro de 2024;

manter a deliberação de 28 de outubro de 2024, relativamente à extinção formal dos SMAS, com a consequente integração dos dados contabilísticos e a sua atividade nos registos do Município e submeter a proposta de deliberação à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do referido artigo 33.º, conjugado com a parte final da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 18.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS:

N.º 24 – OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO COM UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA (5/PPRC/URH/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, utilizando a reserva de recrutamento do procedimento concursal aberto por aviso (extrato) n.º 17070/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 155, de 12 de agosto, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.

N.º 25 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL (4/PPRC/URH/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a abertura de procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores para a carreira e categoria de assistente operacional, na área da educação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.



Câmara Municipal



UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

N.º 26 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Cultural e Recreativo de Vale da Idanha (12/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à Festa Solidária de Vale de Idanha, no período de 20 a 29 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 1543/DF/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 402/DF/2026, de 18 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 27 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Sociedade Instrutiva, Recreativa e Desportiva Vilanovense (14/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao evento Remember, no período de 20 a 29 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 1516/DF/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 391/DF/2026, de 15 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 28 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Tomar (19/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa em honra de Nossa Senhora dos Prazeres, no período de 21 de maio a 1 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 1978/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 827/DAJA/2026, de 21 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 29 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Cultural de Carril - Vales (16/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em Carril - Vales, no período de 22 de maio a 5 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 1539/DF/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 401/DF/2026, de 18 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 30 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Márcio Durval Torralvo Costa Freitas (18/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao espetáculo do Circo Arena, no período de 26 de maio a 7 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 1972/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 808/DAJA/2026, de 20 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 31 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brazões (22/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao 4.º Passeio de Motas Clássicas, no período de 26 de maio a 1 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2034/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 858/DAJA/2026, de 26 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 32 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora do Reclamador - Casais (20/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual, em Casais, no período de 27 de maio a 6 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2086/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 894/DAJA/2026, de 27 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 33 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Recreativa das Aboboreiras (15/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual, em Aboboreiras, no período de 1 a 15 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2051/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 856/DAJA/2026, de 26 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal

✍

N.º 34 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico da Peralva (21/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de autorização para colocação de publicidade alusiva ao XXV Festival de Folclore, em Peralva, no período de 5 a 22 de junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2048/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a publicidade nos termos da referida informação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação, e em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento Municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas de Tomar.

N.º 35 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira (9/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de autorização para colocação de publicidade alusiva ao Festival de Folclore, em Linhaceira, no período de 4 a 19 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2084/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a publicidade nos termos da referida informação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação, e em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento Municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas de Tomar.

N.º 36 – 39.º FESTIVAL NACIONAL DE FOLCLORE DE MINJOELHO – isenção de taxas (177/AGEN/DAJA/2026 - 2/DIVER/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão das licenças necessárias à realização do 39.º Festival Nacional de Folclore, no dia 27 de junho, na Praça da República, requerida pela Associação Cultural e Desportiva do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Minjoelho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2056/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, no valor de 20,00€ (vinte euros), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 37 – DIA THOMARSELLIUM – isenção de taxas (169/AGEN/DAJA/2026 - 2/DIVER/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão das licenças necessárias à realização de mostra de atividades da ThomarSellium - Associação de Desporto e Dança de Tomar, no dia 24 de maio, no Jardim da Várzea Pequena, nos termos e fundamentos do despacho n.º 806/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, no valor de 20,00€ (vinte euros), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal



N.º 38 – RAID TEMPLÁRIOS BTT 2026 – isenção de taxas (2947/ENTE/DAJA/2026 - 1/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2106/DAJA/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão das licenças necessárias à realização do Raid Templários BTT, no dia 31 de maio, requerida pelo Clube Desportivo Templários BTT e Aventura.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 39 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR – redução de taxas (2584/ENTE/DAJA/2026 - 24/ASCEN/DAAOA/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/218, instalado em edifício do CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1963/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância da instituição, aprovar a redução da taxa no montante de 135,51€ (cento e trinta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos), ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

N.º 40 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Joana Catarina Honório dos Santos, com procuração de Henri-Gilbert Augustin Caresmel (291/JUEL/DGT/2026 - 74/EDIF/DGT/202)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 530,00 m², a destacar do prédio misto sito em rua dos Emigrantes, em Valdonas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1594/19920413, requerida por Joana Catarina Honório dos Santos, com procuração de Henri-Gilbert Augustin Caresmel, face aos elementos apresentados em sede de audiência prévia à deliberação tomada a 6 de abril, nos termos e fundamentos das informações n.º 9246/DGT/2026 e n.º 9361/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: revogar a deliberação tomada a 6 de abril e autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos enunciados no ponto 3 da informação n.º 9246/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal

N.º 41 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – António Ferreira dos Santos e outros (772/JUEL/DGT/2025 - 171/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 18.276,00 m², a destacar do prédio misto sito em Corredoura do Mestre, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 6008/20250612, requerida por António Ferreira dos Santos e outros, nos termos e fundamentos das Informações n.º 4580/DGT/2026 e n.º 9751/DGI/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos enunciados no ponto 4 da informação n.º 4580/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 42 – CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - Maria Angelina Batalha Santos Campos Antunes (194/ECER/DGT/2026 - 172/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação para constituição de propriedade horizontal do edifício sito na rua de São João, n.º 52 a 54, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, requerida por Maria Angelina Batalha Santos Campos Antunes, nos termos e fundamentos das informações n.º 9811/DGT/2026 e n.º 9814/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 43 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (415/JUEL/DGT/2021 - 53/EDIF/DGT/2019)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 53/EDIF/DGT/2019, em que é requerente Victor Manuel Claro Gaudêncio, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para legalização da construção de muro de vedação confinante com a via pública, na Rua 19 de dezembro, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.º 16203/DGT/2025 e n.º 16645/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

Handwritten signature or mark in the top right corner.

N.º 44 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(386/JUEL/DGT/2023 - 239/EDIF/DGT/2020)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 239/EDIF/DGT/2020, em que é requerente Caixa Geral de Depósitos, SA, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para legalização de uma habitação unifamiliar, sita na Rua Principal, em Ganados, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.º 18072/DGT/2025 e n.º 42/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a nulidade do despacho n.º 2953/DGT/2023, de 6 de julho, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do mesmo diploma;

declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 45 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(628/JUEL/DGT/2023 - 580/EDIF/DGT/2020)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 580/EDIF/DGT/2020, em que são requerentes Fernanda da Conceição Alves Henriques e Carlos Maria Neto Henriques, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de uma habitação e muro, na Rua Principal, em Vales, União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, nos termos e fundamentos das informações n.º 16492/DGT/2025 e n.º 16526/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 46 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(31/JUEL/DGT/2022 - 376/EDIF/DGT/2021)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 376/EDIF/DGT/2021, em que é requerente António Deus Jesus Ferreira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para substituição da cobertura e obras de conservação de habitação, em Bugarrel, Freguesia da Serra, nos termos e fundamentos das informações n.º 15620/DGT/2025 e n.º 15664/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal



N.º 47 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(299/EALV/DGT/2024 - 309/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 309/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Maria dos Anjos Cassis Agostinho e outro, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de muro de vedação confinante com a via pública, em Silval, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos da informação n.º 5327/DGT/2025 e do despacho n.º 2643/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia da requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

N.º 48 – ALTERAÇÃO REGULAMENTAR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – Início de procedimento (23/ESPP/DGT/2026 - 6/INSTGT/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do executivo Municipal o início do procedimento de alteração regulamentar do Plano Diretor Municipal, nos termos e fundamentos das informações n.º 8064/DGT/2026 e n.º 9884/DGT/2026 e respetivos Termos de Referência e Relatório de Fundamentação.

Proposta de Deliberação: iniciar o procedimento de Alteração Regulamentar do Plano Diretor Municipal, considerando os Termos de Referência apresentados;

Determinar o prazo de execução da alteração do plano em um ano, prorrogável por igual período;

Determinar a não sujeição do procedimento a Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o explicitado no Relatório de Fundamentação;

Solicitar o acompanhamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do disposto no artigo 86.º, por remissão do n.º 2 do artigo 119.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

Determinar a abertura de um período de participação pública preventiva, com a duração de 15 dias úteis, a iniciar no quinto dia útil a contar da data da publicação em Diário da República;

Mandar publicar em Diário da República o conteúdo da deliberação e publicitar a mesma, bem como a abertura do referido período de participação pública preventiva, no sítio na internet da CMT, na plataforma colaborativa de gestão territorial e na comunicação social, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.



Câmara Municipal

4

N.º 49 – ELABORAÇÃO DE ESTUDO URBANÍSTICO PARA A ZONA DE BACELOS/CASAL DOS FRADES – 1.ª fase (151/PEDI/DGT/2026 - 8/INSTGT/DGT/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 9 de dezembro de 2024, os documentos entregues pela GIPP, limitada, correspondentes à Fase 1 da elaboração do Estudo Urbanístico para a zona de Bacelos/Casal dos Frades, nos termos e fundamentos das informações n.º 8786/DGT/2026 e n.º 9893/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o relatório correspondente à fase 1 da elaboração do estudo urbanístico para a zona de Bacelos/Casal dos Frades, apresentado no documento denominado "G395-REL-Fase1-R02.pdf", e as plantas de enquadramento territorial, de condicionantes, de situação fundiária e síntese de zonamento, constantes dos ficheiros designados "G395_01_Enquadramento-10000-R02.pdf", "G395_02_Condicionantes5000-R02.pdf", "G395_03_Cadastro-R02.pdf" e "G395_04_Sintese-5.pdf#", respetivamente;

Notificar a referida equipa da presente deliberação e informações técnicas homologadas, e do início da 2.ª fase dos trabalhos;

Mandar publicitar a deliberação na comunicação social e na página do Município.

PRESIDÊNCIA:

PROPOSTA DO PRESIDENTE:

N.º 50 – RELATÓRIO DE GESTÃO DA TEJO AMBIENTE EIM, SA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025 (22/PPRC/PR/2026 - 1/ENTEXT/PR/2019)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o Relatório de Gestão da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA referente ao exercício de 2025.

Proposta de Deliberação: tomar conhecimento do referido Relatório e dar conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal.